

## **CIRCULAR N.º 01/2020 IAM**

### **Dever de notificação – acidentes e incidentes marítimos**

1 - Nos termos da Lei n.º 18/2012, de 07 de maio, que transpõe a Diretiva n.º 2009/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril de 2009, que estabelece os princípios fundamentais que regem a investigação de acidentes no sector do transporte marítimos, devem ser notificados ao GAMA todos os acidentes e incidentes marítimos que:

- a) Envolvam navios que arvoem a bandeira nacional;
- b) Ocorram no mar territorial do Estado Português ou nas suas águas interiores;
- c) Impliquem outros interesses legítimos do Estado Português, nomeadamente:
  - O acidente marítimo que tenha causado danos ou colocado em grave perigo o meio ambiente, incluindo o meio ambiente das zonas marítimas sob soberania ou jurisdição nacional;
  - O acidente marítimo que tenha dado origem a, ou ameace provocar, graves danos ao Estado Português, às suas instalações ou estruturas sobre as quais está autorizado a exercer soberania ou jurisdição;
  - O acidente marítimo do qual tenha resultado a perda de vidas humanas, ou ferimentos graves, de cidadãos nacionais;
  - Os casos em que o Estado Português detenha informações importantes que possam ser úteis para a investigação;
  - Os interesses que, por qualquer outro motivo, sejam considerados significativos pelo Estado membro investigador principal.

2 - A obrigação de notificação compete às seguintes pessoas ou entidades:

- a) Ao comandante, mestre ou arrais do navio envolvido no acidente ou incidente marítimo ou, estando este impossibilitado de o fazer, ao oficial, ou marinheiro, mais antigo a bordo do navio;
- b) Ao proprietário ou companhia do navio envolvido no acidente ou incidente marítimo.

3 - Devem também notificar o GAMA, sempre que tenham conhecimento da ocorrência de um acidente e incidente marítimo, as seguintes pessoas ou entidades:

- a) O centro costeiro geograficamente competente;
- b) As autoridades portuárias em cuja área de jurisdição o acidente ou incidente marítimo tenha ocorrido;
- c) Os profissionais de pilotagem dos portos e barras em cuja área de intervenção o acidente ou incidente marítimo tenha ocorrido;
- d) A organização reconhecida, ou organizações reconhecidas, que emitiu os certificados estatutários relativos ao navio envolvido no acidente ou incidente marítimo.

4 - Devem ainda notificar o GAMA as seguintes entidades:

- a) Os órgãos locais da Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM) relativamente aos acidentes e incidentes marítimos que ocorram em espaço sob a sua jurisdição;

b) A Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), sempre que tenha conhecimento da ocorrência de um acidente e incidente marítimo.

5 - Para efeitos do acima indicado, entende-se por:

«**Acidente marítimo**» um acontecimento ou uma sequência de acontecimentos diretamente relacionados com as operações de um navio, com exceção dos atos ou omissões deliberados, com o objetivo de provocar danos à segurança de um navio, de uma pessoa ou do ambiente, que tenha como consequência qualquer dos seguintes resultados:

- a) A morte ou ferimento grave de uma pessoa;
- b) A perda de uma pessoa que se encontrava a bordo de um navio;
- c) A perda, presumida perda ou abandono de um navio;
- d) Danos materiais sofridos pelo navio;
- e) Encalhe ou inutilização de um navio, ou o envolvimento de um navio numa colisão;
- f) Danos materiais numa infraestrutura marítima exterior ao navio, podendo seriamente colocar em risco a segurança do navio, de outro navio ou de qualquer pessoa;
- g) Danos graves para o ambiente ou a possibilidade de ocorrência de danos graves para o ambiente, em resultado dos danos sofridos por um navio ou navios.

«**Incidente marítimo**» um acontecimento, ou sequência de acontecimentos, que não um acidente marítimo, diretamente ligado às operações de um navio que tenha colocado em risco, ou, se não fosse corrigido, poderia colocar em risco a segurança do navio, das pessoas a bordo ou de qualquer outra pessoa ou o meio ambiente, não incluindo atos ou omissões deliberados, com o objetivo de provocar danos à segurança de um navio, do indivíduo ou do meio ambiente.

6 - O Modelo de notificação de acidente e incidente marítimo está disponível na página eletrónica do GAMA, em [www.gama.mm.gov.pt](http://www.gama.mm.gov.pt) e deve ser enviado por via eletrónica para [iam@gama.mm.gov.pt](mailto:iam@gama.mm.gov.pt). Está igualmente disponível 24 horas/dia o número **(+351) 967 852 458**.

7 - A notificação de acidentes e incidentes marítimos deve ser enviada com a maior brevidade após a ocorrência.

8 - O não cumprimento do dever de notificar, ou o atraso na notificação, constitui contraordenação prevista na Lei n.º 18/2012, de 07 de maio.

Lisboa, 22 de junho de 2020

O Diretor do GAMA

Miguel Sequeira